

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.238 - SC (2019/0212346-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : OI S.A
ADVOGADOS : EVERALDO LUÍS RESTANHO - SC009195
MARCOS ANDREY DE SOUSA - SC009180
AGRAVADO : MARIA AUXILIADORA SPERANDIO
AGRAVADO : ANTÔNIO MÁRIO SPERANDIO
AGRAVADO : VALDIR LUIZ SPERANDIO
ADVOGADOS : PATRÍCIA VASCONCELLOS DE AZEVEDO - SC012571
ADRIANA MARIA GOTTARDI - SC011121B

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do NCPC) interposto por **OI S.A.** contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal.

O apelo extremo, a seu turno, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fl. 243):

AGRAVOS DE INSTRUMENTO. AÇÃO CONDENATÓRIA À SUBSCRIÇÃO ACIONÁRIA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO QUE ACOLHEU PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO DA DEVEDORA. IRRESIGNAÇÃO DE AMBAS AS PARTES.

1. RECURSO DOS AUTORES.

INSISTÊNCIA NA TESE DE REJEIÇÃO DO INCIDENTE DE DEFESA ANTE A AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO.

NÃO ACOLHIMENTO. CÁLCULOS DOS CREDORES QUE APONTAM DÍVIDA SUPERIOR A R\$ 1.000.000,00. VALOR EXACERBADO. PEDIDO DA RÉ DE REMESSA À CONTADORIA JUDICIAL. HIPÓTESE QUE DE FATO JUSTIFICA A EXCEÇÃO. PRECEDENTES.

Quando, no cumprimento de sentença, os cálculos do credor revelam montante claramente excessivo, dissonante do que é comum em demandas do mesmo jaez, e havendo pedido da ré de remessa dos autos à contadoria do juízo, tolera-se a protelação do oferecimento de depósito de segurança.

INSURGÊNCIA RELATIVA AOS RAMAIS TELEFÔNICOS ABARCADOS PELA CONDENAÇÃO.

RESTRIÇÃO DOS CÁLCULOS A APENAS UMA LINHA.

ALEGADA VIABILIDADE DE INCLUSÃO DE OUTROS NÚMEROS DE MESMA TITULARIDADE.

IMPOSSIBILIDADE. COISA JULGADA.

O título judicial exequendo limita-se à linha telefônica expressamente indicada nos autos. Documento produzido unilateralmente pela parte autora e anexado à petição inaugural é insuficiente para justificar a inclusão de ramal não mencionado pelo juízo.

VALOR DO CONTRATO. RADIOGRAFIA ACOSTADA AOS AUTOS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO.

PLEITEADO NÃO CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO DOCUMENTO, ANTE A APLICAÇÃO DO ART. 359 DO CPC/73 NA FASE COGNITIVA. FATO QUE, NO CASO, NÃO

Superior Tribunal de Justiça

IMPLICA IMPOSSIBILIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS DADOS ALI CONTIDOS. ADEMAIS, JUÍZO A QUO QUE SE VALEU DA RADIOGRAFIA APENAS PARA AFERIR A DATA DA CONTRATAÇÃO.

ACATAMENTO, QUANTO AOS DEMAIS ELEMENTOS DO CÔMPUTO, DO COMUNICADO CGJ/SC N. 67/2014.

DECISÃO ACERTADA.

Via de regra, a aplicação do art. 359 do CPC/73 na etapa de conhecimento, por si só, não importa presunção de veracidade dos cálculos do credor no cumprimento de sentença. .

2. RECURSO DA REQUERIDA.

VALOR DOS TERMINAIS TELEFÔNICOS E VALOR PATRIMONIAL DE AÇÃO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. DECISÃO AGRAVADA QUE DECIDIU NO SENTIDO POSTULADO.

Carece de interesse recursal o recorrente que persiste em pretensão já acolhida em outro momento processual.

ALEGADOS DIVERSOS EQUÍVOCOS NO CÔMPUTO DOS CREDORES. ANÁLISE DE APENAS UM PONTO.

DEMAIS TESES NÃO TRATADAS PELO JUÍZO A QUO.

SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

"Aflige o princípio que veda a supressão de instância a agitação de matérias, tão-somente em segundo grau de jurisdição, sem que elas tenham passado pelo crivo do debate e julgamento na origem" (TJSC, AI n. 4018666-45.2017.8.24.0000, Rel. Des. Gilberto Gomes de Oliveira, j. 09/08/2018).

COTAÇÃO DE AÇÕES E DIVIDENDOS. PRETENDIDA UTILIZAÇÃO DE AÇÕES DA TELEBRAS (TELB3 E TELB4).

NÃO CABIMENTO. DIFERENÇA ACIONÁRIA QUE DEVE SER CALCULADA COM BASE NOS PARÂMETROS OIBR3 E OIBR4. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DESPROVIDO.

As ações da Telebras transmudaram-se em títulos da Telesc, os quais, após outras tantas modificações, ensejaram a diferença de ações vinculada à Brasil Telecom (ora Oi S.A.). Assim, diante da sucessão de obrigações daquela, para cômputo do débito exequendo, deve-se levar em conta indicadores acionários desta.

Não foram opostos embargos de declaração.

Em suas razões de recurso especial (fls. 275/285), a recorrente aponta violação aos arts. 80, 141, 492, 503 e 1.026 do CPC/15 e 884 do CC, sustentando omissão do acórdão local sobre os dispositivos legais que buscou prequestionar, bem como contrariedade à coisa julgada. Defende, também, o afastamento da multa aplicada quando do julgamento dos aclaratórios.

Não foram apresentadas contrarrazões, conforme certidão de fl. 293.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, sob os seguintes fundamentos: a) inexistência de ofensa ao art.1022 do NCPC; b) incidência das Súmulas 283 e 284 do STF.

Daí o agravo (fls. 300/305), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a insurgente refuta os óbices aplicados pela Corte estadual.

Não foi apresentada contraminuta, conforme certidão de fl. 309.

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

O presente recurso não merece prosperar.

1. No que respeita à afronta do disposto nos artigos 141, 492, 503 e 525 do CPC/15, incide, na espécie, o Enunciado n. 282, da Súmula do STF, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não tiveram o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

2. Por fim, cumpre asseverar que não merece acolhida o pedido de afastamento da multa aplicada com base no art. 1026 do CPC/15.

a insurgente aponta violação ao artigo 1026, § 2º, do CPC/15 sustentando que a multa imposta nos embargos de declaração é descabida, na medida em que o recurso foi oposto com o fim de sanar omissões e corrigir premissas equivocadas do julgado.

O Tribunal *a quo*, ao apreciar os aclaratório, consignou a robusta fundamentação do acórdão e entendeu que as embargantes procuram rediscutir o mérito de questões já decididas, razão pela qual aplicou multa aos embargantes, conforme seguinte trecho do julgado (fls. 272, e-STJ):

Destarte, revela-se manifestamente protelatório o presente recurso, o sendo perceptível a litigância de má-fé, daí porque cabível a aplicação da multa de 1% sobre o valor atualizado da causa (art. 1.026, § 2º, do Diploma Legal o supracitado).

No ponto, verifica-se que o acórdão recorrido amolda-se ao entendimento desta Corte, segundo o qual a reiteração dos argumentos já repelidos configura o caráter protelatório a ensejar a aplicação da multa do art. 1026, §2º, do CPC/15.

A propósito, citam-se:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESGATE DA RESERVA MATEMÁTICA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PERÍCIA ATUARIAL. DESNECESSIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. DECISÃO RECORRIDA EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULAS NºS 7 E 83, AMBAS DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. REITERAÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. INTUITO PROTELATÓRIO. DECISÃO BASEADA EM FATOS. DIVERGÊNCIA INTERPRETATIVA NÃO EVIDENCIADA. MULTA MANTIDA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. (...). **4. Esta Corte orienta que a reiteração de argumentos já repelidos de forma clara e coerente destoa dos deveres de lealdade e cooperação que norteiam o processo e determina,**

Superior Tribunal de Justiça

consoante a sedimentada orientação jurisprudencial desta Corte, a imposição da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil (EDcl no AgRg no AREsp 147.183/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 26/9/2013). 5. (...). 6. Agravo interno não provido, com imposição de multa. (AgInt no AREsp 950.709/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22.08.2017, DJe 04.09.2017) [grifou-se].

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ. 1. (...). 2. **Caracterizam-se como protelatórios os embargos de declaração opostos sem a indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, com nítido propósito de rediscutir o mérito da controvérsia. Incidência da multa do art. 1.026, § 2º, do NCPC mantida.** 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1.780.477/AM, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25.06.2019, DJe 28.06.2019) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/1973. EMBARGOS PROTELATÓRIOS. MULTA MANTIDA. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 98/STJ. PRETENSÃO DE EXTINÇÃO DO PROCESSO ANTE A SUA PERDA DE OBJETO FUNDADA NA EXISTÊNCIA DE TRANSAÇÃO. ACORDO QUE NÃO SE REFERE À DEMANDA. ALTERAÇÃO DA CONCLUSÃO DA CORTE LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. (...). 2. **No tocante à alegada violação do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil, verifica-se que o Tribunal de origem analisou toda a matéria levada a julgamento, entendendo serem os embargos meramente protelatórios, daí porque correta a imposição da multa prevista no mencionado dispositivo legal.** 3. (...). 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 765.066/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16.09.2019, DJe 19.09.2019) [grifou-se]

Desta forma, estando o acórdão recorrido em harmonia com a jurisprudência desta Corte, incide o teor da Súmula 83/STJ, a impedir o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

3. Do exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Intime-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator